

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM PESCADORES ARTESANAIS: ESTUDO DE CASO NO LICENCIAMENTO DE PETRÓLEO E GÁS.¹

DORES, Gabriel Henrique Silva; LONGARAY, Andrine Silva;
VEIGA, Kelen; TAKAHASHI, Naila; FISCHER, Jéssica; RUIZ BUENDIA,
Roxanna.

WALTER, Tatiana
gabrielhenriquedores@gmail.com
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FURG

Palavras-chave: Educação Ambiental; Licenciamento Ambiental; Pesca Artesanal; Petróleo e Gás.

1 INTRODUÇÃO

O licenciamento ambiental, de acordo com a Resolução CONAMA 237/1997, é um processo administrativo em que o órgão competente licencia atividades potencialmente poluidoras e que possam gerar algum tipo de degradação ambiental. O trabalho em questão traz reflexões acerca do licenciamento de atividades marítimas de exploração e produção de petróleo e gás, cuja competência é do órgão ambiental federal.

A concessão da licença ambiental destes empreendimentos acontece mediante determinados fatores, tais como a exigência de medidas mitigadoras e compensatórias, dentre as quais está a existência de Projetos de Educação Ambiental – PEA articulados em um programa por bacia produtora de petróleo e gás. Tais projetos são orientados pela concepção da educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória e voltam-se ao fortalecimento da participação dos grupos sociais na gestão ambiental pública, visto que estes são comumente afetados por elas (QUINTAS, 2008).

A atividade petrolífera traz consigo vários impactos que afetam diretamente determinados grupos sociais em maior vulnerabilidade socioambiental. Desses grupos destaca-se o dos(as) pescadores(as) artesanais, considerados vulneráveis devido à dependência do território (ambiente aquático e terrestre) para o desenvolvimento de suas atividades e sua reprodução social (ACSELRAD, 2006; WALTER e ANELLO, 2012), bem como destituição de renda; baixo acesso à equipamentos e serviços públicos, alijamento político e racismo ambiental (FISCHER, 2016). Se tratando dos impactos ocasionados pela cadeia produtiva do petróleo e gás se tem como exemplos a redução do pescado, a restrição da área pesqueira, a poluição, dentre outros. Com base nesses impactos as ações de educação ambiental visam à formação de atores críticos, afim de que esses intervenham em suas realidades e nos espaços decisórios (QUINTAS, 2008).

1

Este trabalho é parte do projeto "Avaliação de Impacto Social: Uma leitura crítica sobre os impactos de empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás sobre as comunidades pesqueiras artesanais situadas nos municípios costeiros do Rio de Janeiro", que é apoiado pelo Fundo Brasileiro da Biodiversidade – FUNBIO como parte da medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa Chevron, conduzido pelo Ministério Público Federal – MPF/RJ.

Nessa perspectiva o presente trabalho objetivou analisar a importância da Educação Ambiental no Licenciamento, na formação dos(as) pescadores(as) artesanais como atores críticos e participativos dentro das comunidades costeiras do estado do Rio de Janeiro.

2 METODOLOGIA

A pesquisa, em andamento, está analisando cinco projetos de educação ambiental que possuem como sujeitos pescadores e/ou pescadoras artesanais e integram o Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos.

Para tal foram realizadas as seguintes etapas: 1) Revisão bibliográfica envolvendo os temas de pesca artesanal, licenciamento ambiental de atividades petrolíferas e educação ambiental; 2) Entrevistas com pescadores(as) artesanais nos municípios costeiros da região Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro no 2º semestre de 2018; 3) Discussão e análises com bases nos dados levantados em campo e nos referenciais teóricos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante dos impactos e danos ocasionados pela cadeia produtiva petrolífera no cotidiano das comunidades pesqueiras e devido à fragilidade dessa classe de trabalhadores é de suma importância que sejam realizados processos pedagógicos.

Os resultados parciais demonstram a contribuição das ações de educação ambiental na promoção da participação ativa dos pescadores e pescadoras em espaços que discutem aspectos diversos da gestão tais como audiências públicas (relacionadas ao licenciamento ou não), reuniões em conselhos do meio ambiente, bem como nos próprios PEAs.

Além disso, as atividades desenvolvidas pelos Projetos de Educação Ambiental analisados contribuíram para a formação destes atores como educadores socioambientais. Assim, estes sujeitos passam a atuar nas comunidades como mediadores entre os PEAS e os(as) pescadores(as), transformando-se individual e coletivamente.

Entretanto os PEAs também são vistos de forma negativa por alguns(mas) pescadores(as). Um dos aspectos negativos apontados é a morosidade, com a demora de se chegar a resultados concretos, acarretando em certa evasão desses projetos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados denotam a importância da educação ambiental no licenciamento. Mesmo com desempenho positivo na formação desses(as) pescadores(as), com maior atuação nos espaços de decisão, ainda há dificuldade em relação a permanência e aceitação pelos atores devido a longa demora em gerar resultados concretos.

5 REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. In: II ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS. 2006, Rio de Janeiro. Comunicação. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2006.

BRASIL. Resolução CONAMA 237 de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre licenciamento ambiental; competência da União, Estados e Municípios; listagem de atividades sujeitas ao licenciamento; Estudos Ambientais, Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>>. Acesso em: 08 mai. 2019

FISCHER, J. V.; **Mensuração de impactos sociais: uma análise sobre a vulnerabilidade ambiental de comunidades de pescadores artesanais sujeitas aos impactos de empreendimentos costeiro.** Dissertação (mestrado), Programa de Pós - Graduação em Gerenciamento Costeiro, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Rio Grande, p.166, 2016.

QUINTAS, J. S. “A educação no processo de gestão ambiental”. In: **Educação Ambiental no Brasil.** (salto para o futuro), Ano XVIII boletim 01, 2008. (30 – 40 p.)

WALTER, T.; ANELLO, L. F. S. A Educação Ambiental Enquanto Medida Mitigadora e Compensatória: uma reflexão sobre os conceitos intrínsecos na relação com o Licenciamento Ambiental de Petróleo e Gás tendo a pesca artesanal como contexto. **Revista Ambiente & Educação.** Rio Grande, v.17(1), p.73-98, 2012.